

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2015, na Sala das Sessões Waldomiro Ernesto Santamaria, situada na Avenida Sete de Setembro, nº 664, na cidade de Pirangi, São Paulo, reuniu-se esta Câmara Municipal sob a presidência da Vereadora Angela Maria Busnardo secretariada pelo Vereador João Albani Neto, para a realização da 10ª Sessão Ordinária do exercício de 2015. Após verificação do “quorum” feita pelo Senhor 1º Secretário ficou constatado a presença dos Senhores Vereadores:- DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e a Presidente ANGELA MARIA BUSNARDO. Portanto, havendo número legal de vereadores e, invocando a proteção de Deus, a Senhora Presidente declarou aberta 10ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Pirangi, do dia 23 de junho de 2015. Posteriormente, convidou os Senhores Vereadores a ficarem de pé por um minuto em prol à Paz Mundial. Em seguida, convidou a Vereadora Luzia Aparecida Castro Guerreiro Facundini para realizar a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Para o Expediente, a Senhora Presidente informou que se encontravam presentes à Sessão os seguintes Vereadores:- DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e a presidente ANGELA MARIA BUSNARDO. A Senhora Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário, João Albani Neto, que procedesse à leitura da Ata da 09ª Sessão Ordinária, realizada no dia 09 de junho de 2015. Fez uso da palavra o Vereador Pedro Jesus Fernandes que requereu verbalmente a dispensa da leitura da referida Ata, justificando que todos os vereadores possuíam cópia da mesma. A Senhora presidente colocou em discussão o pedido verbal do Vereador Pedro Jesus Fernandes, como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em discussão a Ata da 09ª Sessão Ordinária, realizada no dia 09 de junho de 2015, como ninguém fez uso da palavra, colocou-a em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. A Senhora Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário que procedesse à leitura das matérias.

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que requereu verbalmente a dispensa dos seguintes projetos de lei: Projetos de Lei Complementares nº 07 e 08/2015 e Projetos de Lei nº 26, 27, 28 e 30/2015, justificando que já haviam sido lidos na sessão anterior. A Senhora Presidente colocou em discussão o pedido verbal do Vereador, como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente solicitou ao Senhor 1º Secretário que realizasse a leitura do restante das matérias. Terminada a leitura das matérias, a Senhora Presidente informou que não existiam correspondências a serem lidas. A Senhora Presidente comunicou que: Os Projetos de Lei Complementares nº 09 e 10/2015 e o Projeto de Lei nº 31/2015, lidos na sessão, seriam encaminhados às comissões permanentes para emitirem seus respectivos pareceres. O Projeto de Lei Complementar nº 07/2015, seria votado em segunda discussão e votação na Ordem do Dia. O Projeto de Lei Complementar nº 08/2015 e o Projeto de Lei nº 26/2015 seriam votados em primeira discussão e votação na Ordem do Dia. Os Projetos de Lei nº 27, 28 e 30/2015, seriam votados em única discussão e votação na Ordem do Dia. Terminada a apresentação do Expediente, a Senhora Presidente deixou a palavra livre. Fez uso da palavra o Vereador Paulo Roberto Magalhães, que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu queria fazer um Requerimento Verbal solicitando a Senhora Presidente que encaminhe ao Senhor Prefeito, para que seja encaminhado ao departamento do Antonio Aparecido Pereira, vulgo ‘Taquara’, para que nos encaminhe mensalmente, ou até trimestralmente, se aqueles que fazem prestação de contas, das entidades subvencionadas para que encaminhe à Câmara para que os Vereadores estejam cientes das subvenções que a gente está destinando para as entidades, para que nós possamos acompanhar de perto e ver onde está sendo empregado esse recurso. Muito obrigado”. A Senhora presidente colocou em discussão o Requerimento Verbal do Vereador Paulo Roberto Magalhães. Fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu gostaria de complementar o Vereador Paulo, se o Senhor permitir, uma parte no seu requerimento. Na verdade, hoje eu perguntei isso para o ‘Toninho’ e ele me disse que as entidades passam mensalmente para ele o relatório dos gastos, todas as notas fiscais, todo o relatório certinho e que inclusive depois, isso o Tribunal de Contas também tem acesso para verificar. Então, se o Senhor permitir, eu acho que deveria, na verdade, esse Requerimento, o Senhor Prefeito já comunicar as entidades para que ao invés de

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

mandar uma cópia, já faz duas: uma para o Toninho‘ e uma para a Câmara’, assim fica à disposição de todos os Vereadores”. Fez uso da palavra o Vereador Paulo Roberto Magalhães que disse o seguinte: “Fica a dica Senhora Presidente, eu acho que pode realmente incluir o pedido do nobre colega, até facilita a contabilidade; se puder, seria bem mais viável se o Prefeito puder fazer isso, se não, se for uma cópia ou o que seja, o ‘Toninho’ nos ‘xeroqueie’ e nos encaminhe para que possamos acompanhar de perto. Muito obrigado”. A Senhora Presidente informou que continuava em discussão. Como mais ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente informou que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra o Vereador Pedro Jesus Fernandes que solicitou a dispensa do intervalo de 10 minutos em respeito aos internautas. A Senhora Presidente colocou em discussão o Requerimento Verbal do Vereador. Como ninguém fez uso da palavra colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente informou que a palavra continuava livre. Como mais ninguém fez uso da palavra, a Senhora Presidente encerrou o Expediente e iniciou a “ORDEM DO DIA” da 10ª Sessão Ordinária do dia 23 de junho de 2015, estando presentes os seguintes Vereadores:- DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e a Presidente ANGELA MARIA BUSNARDO. A Senhora Presidente informou as matérias que constavam na Ordem do Dia: segunda discussão e votação ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2015, primeira discussão e votação ao Projeto de Lei nº 08/2015 e ao Projeto de Lei nº 26/2015 e única discussão e votação aos Projetos de Lei nº 27, 28 e 30/2015. Portanto, a Senhora Presidente colocou em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 07/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 08/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias,

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 26/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Projeto de Lei nº 27/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Projeto de Lei nº 28/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Projeto de Lei nº 30/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente informou que a palavra estava livre. Fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Já vou antecipar aqui, Senhora Presidente, de repente se eu extrapolar os minutos, que a Senhora me conceda um tempinho a mais, mas eu vou tentar ser breve aqui. Infelizmente, aos Senhores presentes e Senhores internautas, o Prefeito retirou da votação, o Projeto de Lei do Plano Municipal de Ensino e o prazo vence amanhã e noventa e nove por cento que nós vamos perder o prazo de elaborar esse plano e cumprir a determinação do Plano Nacional que é a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Ontem, todo aquele movimento, a participação da população, um debate saldável, com certeza já tínhamos um raciocínio, hoje o pessoal ia vir para melhorar, quando de repente temos essa notícia que foi retirado. Até inclusive, falando daquele parágrafo polêmico, é o que deu, é o que o Prefeito fez. Não precisa cumprir lei. Para que lei? Não precisa. Vamos lá, eu retiro, acabou. Tudo o que foi discutido, jogado abaixo. Aquela movimentação, multidão de pessoas aqui participando. Tudo em vão. Vamos perder, aliás, conforme a consulta que eu solicitei, já agradeço desde já a eficiência da nossa Secretária Elaine, que aos quarenta e cinco do segundo tempo, quando tomei conhecimento disso, liguei para ela e pedi para que tentasse pesquisar as penalidades e ela prontamente atendeu, ligou no MEC (Ministério da Educação), pediu como que funcionava, eles disseram que tinha que ser por e-mail, gerou o protocolo 1231713 e o MEC devolveu a resposta. Qual é o prejuízo que o Prefeito poderá

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

ter causado? Até ontem a discussão de repente poderia ser: ‘Ah, vocês estão prejudicando a questão da Ideologia do Gênero ou de repente vocês estarão prejudicando a manifestação da maioria, religiosos’, enfim, dos contras e dos favoráveis. Na verdade, agora o que a gente está sentindo e o que poderá acontecer conforme a resposta do MEC aqui, quem será prejudicado será as nossas crianças. Infelizmente. Na minha opinião, eu acho que independente do que ia acontecer hoje com o projeto, se aquele parágrafo ia ser alterado ou excluído, não ia acontecer nada assim de grave, agora o que pode acontecer de grave, conforme a resposta aqui do MEC, é a Prefeitura perder... Eu vou ler na íntegra o protocolo, a resposta que veio de lá, para não por palavras e não ficar difícil. Então, quais são as penalidades dadas aos Municípios ou Estados que não cumprirem o prazo de adequação ou elaboração de seu Plano Educacional? Resposta, conforme o protocolo: ‘As normas aprovadas devem ser cumpridas e para o não cumprimento há sanções previstas para a responsabilização dos dirigentes e responsáveis no conjunto da legislação nacional. Mas com relação aos planos subnacionais (que é o nosso caso), o aspecto mais importante nesse momento deve ser a mobilização em torno da construção desse processo em cada ponto do território nacional (que foi o que ocorreu até ontem, todo mundo se prontificou e correu atrás). Na verdade, Estados e Municípios que não elaborarem ou adequarem os planos no prazo definido pelo PNE (Plano Nacional) estarão fora da pactuação nacional que deverá resultar em avanços para a garantia dos direitos constitucionais’. Olha aqui já o primeiro agravante. Então, ficará de fora da pactuação nacional que deverá resultar em avanços para a garantia dos direitos constitucionais. Então, agora prejudicou não só a ideologia como todos em geral, crianças, nós, pais e etc. ‘O MEC está se preparando para apoiar fortemente a execução dos planos subnacionais, ajustando programas que devem priorizar entes federativos com planos bem ajustados e com maior dificuldade técnica e financeira. O Censo Escolar também passará por ajustes com a finalidade de acompanhar os resultados de cada rede de ensino’. Eu pesquisei também no site do MEC, e na própria Lei 13.005, o que mais poderia haver de sanção além dessa que veio respondida. O que está no site, nas dúvidas frequentes está assim: ‘O MEC não informou quais serão as penalidades (agora acabou de nos informar pelo protocolo) para Estados e Municípios que não estiverem com a lei em vigor até o fim do prazo, 24 de junho (que é amanhã) mas os gestores temem sanções como redução de verbas e cortes em programas’. Então, além do que nós vimos aqui do prejuízo nos avanços para as garantias dos direitos constitucionais,

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

também poderá haver a redução de verbas e cortes em programas de educação. É que está sobrando muito dinheiro no nosso Município, então, deixa cortar, nós temos capital próprio. E na Lei 13.005 no subitem 18.7 do anexo fala o seguinte: que ‘quem cumprir o programa será priorizado o repasse de transferências federais voluntárias na área de educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo plano de carreira para os profissionais da educação’. Os nossos profissionais da educação também poderão estar sendo lesados com essa atitude do Prefeito de ter retirado o Projeto que hoje seria resolvido por esta Casa. E o subitem 19.1 que também vem de encontro com os Municípios que não aprovou, que vai ser o nosso caso porque o prazo é amanhã: ‘priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado. Priorizar para os Municípios que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional e que considere conjuntamente para a nomeação dos diretores e diretoras da escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar’. Então, foi o que eu achei, além de outros detalhes que tem também, que poderão acarretar esta não aprovação da lei até amanhã. E aproveitando esse desrespeito, até inclusive ontem terminando a reunião que tivemos aqui, eu postei no Facebook do que foi e destaquei o parágrafo que estava sendo alvo e gostei de uma resposta de um grande amigo nosso de Pirangi, não vou citar o nome dele aqui, mas está lá para quem quiser ver; ele disse o seguinte lá: ‘que diferença vai fazer, colocando ou não esse parágrafo?’, e pelas atitudes da atual Administração, com tudo o que vem desrespeitando de leis e o que a gente vê, realmente eu tenho que concordar com a opinião do colega, nosso amigo, que não reside mais aqui, mas é daqui e ele falou muito bem, porque, infelizmente pessoal, todos nós aqui temos ciência de que independentemente do resultado que tivesse hoje aqui, se teria sido aprovado ou não aquele parágrafo, não ia influenciar em muita coisa, mas agora, no que influenciou aqui, o estrago está sendo grande, crianças, professores, poderá ser muito grande pelo que indica nos documentos aqui levantados. E aproveitando esse desrespeito e os descumprimentos da lei, isso entristece também a gente porque acaba confirmando, ou melhor dizendo, acaba dando corda para gente ouvir o que ouve na rua: ‘para que serve um vereador? Para que serve um deputado? Vocês não prestam para nada’, de repente fala para gente, para mim mesmo, dizendo que não presto para nada, apenas para receber, acabo tendo que engolir esse tipo

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

de questionamento devido à falta de informação. Ontem todo mundo veio aqui, acompanhou, viu como funciona. Hoje bastante gente está aqui presente vendo como é que funciona e, na verdade, como falam de religião e de tantas outras coisas, sempre veem os tombos, veem as pingas que bebe, os tombos que cai ninguém vê e diante de uma situação delicada dessa, o que está acontecendo? E aproveitando, Senhora Presidente, se estiver estourando o limite, mas eu creio que dá para concluir rapidinho, dizer, alguns outros desrespeitos que a gente vê, descumprimento de lei, inclusive, aqui no primeiro momento eu quero dizer, em relação ao que está havendo nesse Projeto de Lei que acaba de ser lido, que inclusive, também, eu acho que já vou até solicitar de antemão para a Senhora Presidente, que marque uma reunião com o Senhor Promotor, não só com a minha Comissão, mas eu gostaria de marcar uma reunião com os nove Vereadores, porque é o seguinte: pela exigência do Promotor, pelo que ele estava pedindo, até onde eu tenho conhecimento, era pra restar apenas cinco cargos de diretoria para o Prefeito. Ele mandou aqui, está excluindo treze, um de diretor e doze diversos, que foram lidos. Só que na Lei, no restante da Lei que não foi revogada inteira, vai sobrar nove de diretor e tem trinta e um dos demais, vai sobrar dezoito e se a exigência foi para extinguir todos, então eu acho que a gente deve mostrar; e vi algumas coisas que são provavelmente polêmicas, algumas colocações que tem aí, então eu acho que a gente deveria discutir isso direto com ele, que já que é uma ação, e aqui é que está o ‘x’ da questão que todos devem tomar conhecimento, todos os Senhores aqui presentes e os amigos internautas: essa atitude, esse corte que vai haver nos cargos, não é culpa da oposição política como vinte e quatro horas por dia na rua a desculpa é essa, quando sai conversa, quando tem ponto negativo na cidade, quando tem problema na política, a culpa é do adversário, mas isso aí é uma ação, tomei conhecimento, que o Ministério Público vem fazendo no Estado de São Paulo inteiro e vai se estender para o Brasil e foi através de denúncias de pessoas que foram lesadas no concurso de 2011, que o Promotor também conseguiu reunir mais argumentos da investigação que ele estava fazendo. Então, ele fez a investigação, ouviu todos, trinta e três, se eu não me engano, pessoas, em geral, esses cargos, arranjos, cabides, etc, ouviu todos; dos trinta e três que ele ouviu, dois realmente cumpre o que está na nossa lei, a atribuição; os demais, não que não trabalhe, inclusive muitas das pessoas que estamos perdendo, são algumas pessoas que respeito muito e que realmente eu sei que trabalha e dou valor, mas trabalham de forma diferente do que teria que ser, vamos supor: um chefe

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

tem que fazer serviço de chefe, de repente ele estava fazendo um serviço braçal ou operacional. Então, quando tem ponto negativo a culpa é da oposição política. Não vai mais dar tempo de falar alguns outros itens que eu trouxe aqui, mas o que eu tenho a dizer é o seguinte: não é culpa do adversário político, é sim culpa da negligência e da imprudência e da péssima administração que nós estamos tendo na nossa cidade, inclusive, se bateu muito na tecla sobre deixar vinte e cinco pessoas desempregadas; infelizmente sim, mas que estão de forma, segundo o Ministério Público, irregular, porém, está sendo aberto um concurso público que dará direitos a todos vocês e não a um grupo de privilegiados, amigos políticos, cabos eleitorais, sem contar o nepotismo que está acontecendo, que já foi gasto cento e oito mil, no ano passado, de uma licitação que foi feito por Carta Convite e o limite, se os Senhores não tem conhecimento, da Carta Convite, segundo a Lei 8.666 é de oitenta mil reais e foi gasto cento e oito, extrapolou vinte e oito mil, e sem contar também um outro nepotismo que está acontecendo mensalmente, nove mil e trezentos reais, por trezentos e cinquenta reais, são pagos a essa entidade, no outro ano resultará em cento e doze mil e duzentos com mais cento e oito do ano passado, mais de duzentos, ou seja, duas ambulâncias indo para o espaço que poderia estar sendo comprada, só para o nepotismo. Obrigada senhora Presidente e nos demais assuntos, no momento oportuno, eu toco para vocês. Obrigado a compreensão de todos”. A Senhora Presidente fazendo uso da palavra disse o seguinte: “Eu peço a palavra um pouquinho, Senhor Luiz Carlos de Moraes Junior, quanto ao Projeto, por tudo o que aconteceu ontem a noite aqui, nós Vereadores e Presidente da Câmara como eu, eu li o Projeto todinho, eu descobri o que estava acontecendo, eu não tirei o Projeto porque eu quis, eu tive uma Notificação ontem à tarde para retirar o Projeto para retificar aquele espaço, aquela linha que estava inadequada e como, depois do que teve aqui a reunião, ele disse que poderia colocar o Projeto novamente, como o Projeto não estava em pauta, eu acatei a Notificação dele, eu fui obrigada a arquivar o Projeto e vamos aguardar, após o intervalo que vai ter, um mês de recesso, em agosto a gente vai voltar com o Projeto, que ele mande outro Projeto, vai ser aprovado. Pelo que o Senhor disse, Vereador Luiz Carlos, nós não estávamos sabendo da perda que ia ter, a Silvia que é a Diretora da Educação, nem ela passou para nós que ia ter toda essa perda, ela deveria ter vindo, ontem como ela estava aqui, ter explicado, nós não estamos sabendo dessa perda. Poderá. Mas como eu li tudo lá, como eu tirei informações, como uma Presidente da Câmara, eu tirei informação, não é

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

tudo isso que vai se perder, simplesmente o Projeto ficou parado, fui obrigada a arquivar, não fui eu quem tirei o Projeto, foi o Prefeito que mandou notificar, então continua dessa parte, então... ”. O Vereador Paulo Roberto Magalhaes solicitou uma parte na discussão e disse o seguinte: “De cinco mil e quinhentos e setenta Municípios ainda resta aproximadamente quase quatro mil Municípios que ainda não apresentaram seu plano ainda; então, isso vai ser prorrogado, pode ter certeza, que vai ter uma nova elaboração do Plano Educacional, isso não vai se encerrar por aí. Pode ter certeza”. A Senhora Presidente fazendo uso da palavra disse o seguinte: “Aqui, a gente tem uma resposta aqui, que o MEC informou, que ainda está em adequação, as coisas não estão ainda definidas, vai ter prorrogação, nós vamos ter prazo ainda. Pelo que estão falando, os Municípios, todos estão parados, ninguém está aprovando, inclusive, Catanduva também não passou, então vai existir uma prorrogação, não vai ter tanto essa perda como eles estão falando, porque isso aí atingiu todo mundo, está todo mundo revoltado. Então, vamos esperar o que vai aguardar, a gente quer o melhor para a nossa Cidade, então, vamos segurar aí e vamos ver. Nós estamos ajudando, tudo o que o povo pediu a gente está acatando, entendeu? Se fosse tão grave assim a Diretora da Educação teria participado com a gente, teria informado, não é verdade?”. A Senhora Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Pedro Jesus Fernandes que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu queria aqui deixar um comentário, é o seguinte: o ‘Titi’ (Luiz Carlos de Moraes Junior) acho que foi um pouco precipitado em colocar algumas coisas no momento, porque, como o Paulo disse, eu acredito também que esse projeto, em virtude da polêmica que surgiu de um modo geral no Brasil inteiro, com certeza o MEC irá prorrogar o prazo. Então, eu acho que não é o momento exato da gente começar a tacar pedra. Vamos aguardar, vamos fazer com paciência, porque o que nós queremos aqui, nós Vereadores, é que o Projeto seja apresentado da melhor maneira que todos possam ler, entender, para ser votado. Eu acredito, na minha opinião, que jamais o MEC irá prejudicar o Município porque ele não vai prejudicar o Prefeito, ele vai prejudicar as crianças. Então eu acho que nós temos que ter paciência, aguardar o momento exato e com certeza, eu acredito, igual o Paulo disse, que vai ser prorrogado esse prazo. São vários Municípios que não fizeram o projeto ainda, não aprovaram. Então vamos aguardar com tempo”. A Senhora Presidente fazendo uso da palavra disse o seguinte: “Outra coisa. O Prefeito também não estava a par do que estava acontecendo, ele também não sabia o que significava isso, como nós fomos pedir

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

informação para a Diretora da Educação. Quem montou o Projeto sabe, então, deveriam ter informado a gente, com certeza. Ninguém tem culpa. O problema apareceu e está a nível nacional, então, vamos aguardar o que vai acontecer”. O Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior solicitou uma parte na discussão e disse o seguinte: “Tomara Pedro, que seja prorrogado, porque o que eu torço mesmo é para o bem das nossas crianças, para o bem da nossa Cidade, mas a Lei foi editada, está aqui, 13.005 de 25 junho de 2014, o Prefeito e a Secretária da Educação não teve tempo para aprender a Lei para passar para gente? Mandaram dia 08 de junho que morria hoje o prazo. Então, tudo bem, tem que ter tolerância? Tem que ter, mas é como eu disse: independente se fosse aprovado ou não aquele parágrafo, isso não ia mudar e não vai mudar nada. Independente. O companheiro da internet disse tudo. Como nós estamos vendo tanta coisa errada aqui e nada acontece”. A Senhora Presidente fazendo uso da palavra disse o seguinte: “Em todas as cidades, chegaram em cima da hora. Todas as cidades. Mais é um ano que teve para apresentar esse Projeto! Mas em todas as cidades eles chegaram com atraso, chegaram no último minuto gente, foi muito em cima, então foi culpa deles, você entendeu?”. A Senhora Presidente cedeu a palavra ao Vereador João Albani Neto que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Realmente esse projeto é um projeto difícil, mas, as cem pessoas mais ou menos que estiveram aqui ontem, simplesmente elas vieram, a gente tem que agradecer a população que vieram aqui, aos que não vieram, os que não puderam vir, aos que contataram os vereadores, porque esse projeto veio para a Câmara decidir. É os vereadores que tem que decidir. E a hora que nós chegamos aqui ontem, nós tivemos uma notícia que era para nós discutirmos, chegarmos a um consenso e decidir. Pelo que eu vi aqui ontem, assistindo, tudo mundo assistiu, a nossa Diretora da Educação, a Silvia, muito competente ela foi passada para trás hoje e eu tenho certeza que ela está mais triste do que ela falou ontem aqui, porque se ela veio aqui, discutiu com a municipalidade, ela tem autonomia para decidir ontem aqui pelo Prefeito. Ela decidiu, não ela decidiu, os vereadores junto com a comunidade, decidiu o projeto, resolveu o projeto e ela saiu daqui, a hora que ela saiu daqui, ela falou que hoje as nove horas da manhã ela ia ligar para mim para sentarmos com as comissões e fazer. Foi decidido isso. Quem estava aqui ontem decidiu isso. Não foi nós, foi o povo que decidiu. De repente, nove horas da manhã a gente vem aqui e ah! Retirou-se o projeto! A Senhora, Presidente, a Senhora arquivou o projeto! Sabe o que isso significa? Eu vou ler...”. A Senhora Presidente disse que havia seguido o Regimento

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Interno. O Vereador João Albani Neto continuou: “A Senhora fez o correto, mas deixa eu mostrar o que vai acontecer: ‘As proposições retiradas na forma desse artigo (que é como a Senhora arquivou) não poderão (presta atenção) ser reapresentadas na mesma Sessão Legislativa, salvo se todos os Vereadores aprovarem a volta do projeto’. Esse Projeto já está arquivado! Ele não volta mais esse ano. Ela arquivou! O projeto foi arquivado, correto? Ela seguiu o Regimento, o projeto foi arquivado. O que está acontecendo? O que pode acontecer? Se o Prefeito mandar de novo, ele não vai ser mais ele que vai ter que mandar para nós. A Câmara vai ter que decidir se aceita o projeto ou não. É diferente. Então, para vocês verem o tamanho da incompetência que o Prefeito Municipal fez ontem e hoje. Isso é incompetência! Ele deixou o povo vir aqui, a Câmara decidir, porque era nós que decidíamos, não era ele mais. Correto Pedro? Nós que decidimos. A população veio aqui ontem, discutiu, foi até, eu acho que na primeira vez, que eu estou de Vereador de 2009 para cá, foi a primeira vez que houve um protesto legal, constitucional, que o povo veio aqui ontem e discutiu. Teve pessoas aqui ontem que eu nem imaginava que podia levantar e falar e falarão. O que a gente está vendo aqui, nós aqui na Câmara não estamos falando em política, politicagem, não é isso gente! Nós temos que defender o projeto! Nós estamos imaginando, como o Paulo falou, que o MEC vai prorrogar, como tudo no Brasil é assim. Tomara Deus, porque quem vai sofrer as consequências são as crianças e os pais, que tem essa maluquice que foi colocada nesse projeto. Isso é uma maluquice! Foi comentado ontem, a senhora estava aqui ontem (dirigindo-se a um munícipe), isso é importante, ela falou que vinha e voltou. Isso é bom. Agora o que não poderia ter acontecido, era essa atrapalhação que esse Prefeito, infelizmente, fez, que ontem o lugar dele era estar sentado aqui, discutindo o problema com o a população, coisa que ele não fez. Ele fugiu da questão, essa foi a pura verdade, porque ele estava aqui ontem, ele estava em Pirangi ontem, porque durante a nossa discussão ele ligou para a Silvia para saber como estava a situação, então ele fugiu do problema ontem. Não é assim! Falar que ele não sabia? Sabia totalmente! Agora, ele contratou um pessoal aqui, o Falcão, e pagou o Falcão, e não pagou barato. Como é que fica? Fica assim, eu pago, eu contrato, eu pago, e depois tiro o projeto. É dinheiro público! Dinheiro público não se joga fora não! Dinheiro público se questiona, se briga, como ontem o pessoal veio aqui, discutiu, para melhorar a educação. E o resto dos artigos? São vinte artigos na mudança da educação municipal! Não é só aquele artigo! Como é que vão ficar os professores? Como é que vão ficar os funcionários

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)? Então gente, foi jogado na lata de lixo o que foi feito aqui ontem. Ele pisou em cima da Câmara Municipal de Pirangi aqui ontem. Ele falou para nós que nós não somos nada. Essa é a pura verdade! O que você discutiu Fátima, você foi aplaudida pelo que você falou, foi jogado na lata de lixo. Sabe porquê? Ao bel prazer dele! Agora, não vem falar em política aqui não! Não vem falar em politicagem aqui não! Nós chamamos o povo aqui e ele não compareceu aqui porque ele teve medo de falar que foi ele que fez. É lógico! Ele assinou! Ele sabia o que estava acontecendo! Ou um Prefeito é inerte nos assuntos da educação? Eu não acredito. Agora nós nove vereadores não podemos aceitar calados e quietos uma situação dessa que ele deixou nós ontem e hoje. É um protesto que eu estou fazendo e garanto para vocês que é protesto dos nove vereadores, vocês podem ter certeza. Se o MEC prorrogar, ótimo, beleza, eu espero que sim. Esse projeto vai voltar? Vai voltar, e nós nove vereadores que vamos aceitar. Eu tenho certeza que nós vamos aceitar, mas da forma que vier correto, não essa lambança que veio. Certo? Então muito obrigado”. A Senhora Presidente fazendo uso da palavra disse o seguinte: “Certo. Só que eu não arqueei o processo, eu segui o Regimento Interno. Eu fiz o que é certo! Agora ele vai mandar um outro projeto, vocês vereadores vão acatar da maneira como você acabou de se expressar, da maneira certa e vai continuar a mesma coisa, não é que eu arqueei e não vai vir mais o processo, ele tem que mandar o processo, entendeu”? A Senhora Presidente informou que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que disse o seguinte: “Senhora Presidente, só mais uma parte: ele confirma e enche o peito para dizer que quem manda é ele. Para que serve os vereadores, não é”? A senhora Presidente disse que ninguém trabalha sem vereador. O vereador Luiz Carlos de Moraes Junior continuou: “Não, mas, só um detalha: pode prorrogar se for mexido na Lei Federal, MEC não tem poder não, porque isso aqui está na Lei 13.005, não vai ser MEC que vai prorrogar, se houver prorrogação, porque aqui está na Lei, um ano, um ano vence amanhã. Então, é a mesma coisa da Ideologia do Gênero, isso aí é um assunto que não vamos ser nós que vamos aprovar. Se um dia for à tona, como está chegando e não é um dia tão distante, duas vezes terá que ser aprovado no Senado e duas na Câmara dos Deputados. Nós, Vereadores, não temos nada com isso! O que se fez foi uma grande confusão e um grande mal-entendido por causa de um parágrafo que poderia ser ajustado, trocado a palavra ‘valorizando’ por ‘respeitando’ o

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

cidadão, inclusive se hoje qualquer pessoa desrespeitar, vai sofrer as penalidades da lei, como ontem foi citado que também fala do racismo, se desrespeitar é crime inafiançável e imprescritível, está na constituição! Então, se fez uma tempestade em um copo d'água em simples artigo e volto a dizer, independente se fosse emendado, retirado, não ia mudar nada. Obrigado”. A Senhora Presidente informou que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra a Vereadora Maria de Fátima Lanfredi dos Santos que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu não poderia ficar calada diante de uma situação dessa, porque eu ia chegar na minha casa, eu ia me sentir muito mal de saber que ontem eu me manifestei e hoje eu vejo uma situação dessa e eu volto para minha casa sem abrir a minha boca. Concordo com o Pedro que nós precisamos ter paciência, calma e aguardar as situações, só que tem uma coisa, a falta de respeito com a população e com os Vereadores foi muito grande, porque eu acho que o Prefeito, ele foi um pouco infeliz, eu acho que ele tomou uma atitude no teor do nervoso e falou por um momento de querer mostrar que ele pode, que ele tem o poder na mão, que ele não precisa de vereador, que ele não precisa da Câmara, como ele mesmo vive dizendo que ele não precisa da gente, ele taca na cara da gente em várias reuniões que ele não precisa de vereador para tomar as providências. Então, eu acho que ele quis mostrar que ele não precisava da gente aqui. Só que a gente precisa tomar cuidado porque as consequências são grandes. Não é porque ontem nós pedimos para mudar um parágrafo, teve toda aquela discussão, todo aquele diálogo, as pessoas se manifestarão, os vereadores se manifestarão, todos se manifestarão. Então, eu acho que ele tinha que ter calma, todo mundo achou que tinha que mudar? Vamos mudar, vamos ser humilde! As vezes para administrar uma cidade você precisa ser humilde, a gente não precisa mostrar prepotência, a gente não precisa mostrar que nós somos o melhor e que a caneta está na nossa mão. Vamos ser humilde! Vamos pensar no outro, porque quando a gente é eleito, nós somos eleitos vereador e prefeito pra defender os direitos da comunidade, os anseios da comunidade! Nós estamos aqui defendendo e não brigando entre si! Isso precisa parar, porque essa briga, essa rixa de político de prefeito de vereador tem que acabar, porque isso está prejudicando quem? A cidade! Vai prejudicar as crianças! Vai prejudicar professor! Vai prejudicar a educação! A nossa cidade já não está andando! A nossa cidade já está para lá! Já não tem emprego, já não tem nada, agora a coisa quando começa a andar por causa de picuinha. Então, eu acho que ele foi um pouco infeliz. Eu creio, no meu entendimento que eu conheço ele, eu acho que em uma hora dessa ele já

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

deve ter se arrependido dessa situação. Eu acho que ele já se arrependeu, mas, precisa se pensar direito. Agora vai voltar esse projeto. É claro que nós vereadores vamos aprovar. Vamos consentir de voltar isso aí na pauta, mas só que corre-se o risco do MEC não mandar esse dinheiro e para que isso? Para que essa picuinha? Eu acho que a gente precisa parar, ter mais dialogo, prefeito, vereador, e pronto! Mudava-se o parágrafo e pronto! Não achei a atitude da Bila (Presidente Angela Maria Busnardo) irregular, porque ela está dentro da lei, ela está fazendo o que o Regimento manda. Certo, correto. Então, eu acho que foi um pouco de exaustão e de ânimos exaltados. Como disse o Pedro: é hora da gente se acalmar. Então, foi um pouco de exaustão de parte dele. Ele quis mostrar que ele que manda. Mas tem hora que a gente tem que mostrar que a gente respeita e não manda. Então, é isso. Infelizmente, eu fico muito triste com essa situação, porque eu acho que a gente precisa trabalhar para coisa andar e não para coisa voltar para trás. Então eu fico muito triste. Sabe, vai voltar essa situação, vai voltar o Projeto, mas é desagradável. Eu fiquei muito triste de ver uma situação dessa, porque, falta de respeito. Ontem a população deixou sua casa, todo mundo veio, todo mundo se fez presente e hoje uma situação dessa. Então, depois, quem é culpado? Ah! Os vereadores que são culpados! Então, não tem culpado. É exaustão de emoção, que é isso que precisa acalmar, porque quem toma é a cidade. Muito obrigada”. A Senhora Presidente fazendo uso da palavra disse o seguinte: “Infeliz foi a Presidente, porque nunca teve uma situação dessa e justo a situação aconteceu na mão da Presidente que está aqui. Mas eu agi pelo lado certo gente! Eu agi dentro do Regimento! Eu fiz o que o povo pediu”! A Senhora Presidente informou que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra o Vereador Paulo Roberto Magalhães que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu só queria dizer uma coisa. Deixar registrado: Todo mundo fala que não é, mas dentro de tudo isso se faz é a política! Nem que falar que não é, mas é a política! Chega o ano que vem que é ano de eleição, todo mundo está grudado um no outro. Então, a palavra se resume só em uma coisa: política. Então eu acho o seguinte tem que fazer como a Fátima disse, pelo bem da comunidade, do Município. Isso que não é política! É eles que precisam muito mais que nós que estamos aqui. Eu falo porque também eu sou político. Eu tenho certeza que tudo e qualquer insinuação, chega o ano que vem, está um abraçado com o outro, está um lambendo o outro e é aquele ‘balacobaco’. Então, vamos falar a realizada, a gente tem que pensar primeiro, como disse todos, no bem-estar; por exemplo, eu tenho mais que certeza que o Governo, ele não vai

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

deixar praticamente quatro mil municípios, ou seja, duzentos, cem, ou um que seja, porque hoje a prioridade é saúde em primeiro lugar, mas aqui no Brasil, hoje, eles estão destinando mais recursos para educação. O FUNDEB, hoje, é uma das instituições do Ministério que mais se destina recurso. Eu acredito, que eu tenho certeza, ainda mais cidade inferior como cidades da Bahia, que lá o índice de alfabetização é quase que zero, eles não vão deixar municípios descalços lá, sem esse recurso. Pode ter certeza que ela vai prorrogar sim e vai fazer com que todos os municípios tenham esse recurso. Muito obrigado”. Fez uso da palavra o Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que disse o seguinte: “Senhora Presidente, só mais uma parte no que o Vereador Paulo disse aí sobre política: gostaria de também deixar todos aqui ciente, os nobres colegas vereadores e os presentes e os internautas, a respeito desse mesmo processo do concurso de 2011, da suspeita de irregularidade, contratação irregular, está envolvido também o Hospital nesse processo. Inclusive, contratação irregular foi com a colaboração do Hospital pelo que a denúncia do Ministério Público apontou. Eu só quero dizer o seguinte: Se o Juiz acatar o pedido do Promotor, vai cortar a subvenção do Hospital no que diz respeito a Recursos Humanos, e dos cento e vinte e oito mil mensal, cem mil é para Recursos Humanos. Se cortar o Hospital vai fechar e eu não quero que vem dizer que é culpa também da oposição política, porque esse levantamento foi, virou uma bola de neve. Pessoas que se sentiram lesadas no concurso, denunciou, esse interrogatório que teve com todos os cargos, foi abrindo um leque, e quem levantou tudo isso foi o Ministério Público com sua competência, com sua paciência e com sua transparência e o que eu tenho a dizer é o seguinte: a gente não quer, do fundo do coração, a gente não quer que acontece essas coisas, mas porque acontece? Porque tem coisa errada! E quando a gente tenta falar ou tenta corrigir, quantas vezes eu já falei pra ele: ‘Brás, não é assim’, e pega e vai: ‘Ah! Isso aí não serve para nada (que é a lei)’. Nós estamos aqui para cumprir leis! Para criar leis! E o Prefeito muito mais ainda! Ele não manda em nada! Nem nós não mandamos em nada! Nós simplesmente temos que cumprir a lei! Estamos aqui para zelar por ela e fiscalizar o executivo. Obrigado Senhora Presidente”. A Senhora Presidente informou que a palavra continuava livre. Como mais ninguém quis fazer uso da palavra, a Senhora Presidente informou os aniversariantes do mês de junho: Vereadora Mirim Karen Carolina de Moraes, dia 17 de junho, Servidora Elaine Cristina Gallo Carareto, dia 19 de junho e Servidora Midiã Libni Boer Romera, dia 24 de junho. A Senhora Presidente convocou os Senhores Vereadores para a 04ª Sessão

“ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Extraordinária que seria realizada logo após o término da Sessão Ordinária, para segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 26/2015. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, e comunicou que a próxima Sessão Ordinária seria realizada no dia 11 de agosto de 2015, às 20h00m, e encerrou a 10ª Sessão Ordinária do dia 23 de junho de 2015. Sala das Sessões WALDOMIRO ERNESTO SANTAMARIA, aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2015.

JOÃO ALBANI NETO
1º Secretário

ANGELA MARIA BUSNARDO
Presidente